SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/03/2015 - Telesíntese

Termina a consulta do Ministério da Justiça, começa a da Anatel

Acaba nesta terça-feira,31, o prazo para contribuições à consulta pública do Ministério da Justiça, que elaborará proposta de regulamentação do Marco Civil da Internet. Até o início desta noite, o Ministério da Justiça não havia se manifestado sobre prorrogação. As respostas à consulta do Ministério da Justiça estarão disponíveis pelo site www.participacao.mj.gov.br.

Também nesta terça, a Anatel deve divulgar o iníco da sua consulta pública sobre o tema, que deverá subsidiar uma manifestação formal da agência para a presidência da República, conforme estabelecido no Marco Civil. A Anatel deve fazer uma consulta diferente. Primeiro, porque ela sai da área técnica, e não do Conselho. Depois, porque é baseada em perguntas, que virão fundamentadas por um estudo de benchmark internacional e conceituação sobre a questão da neutralidade de rede. Até a semana passada, a expectativa era de que fossem 17 perguntas, divididas em seis tópicos:

1) Prestação adequada de serviços e aplicações;
2) Relação entre agentes envolvidos;
3) Comunicações de emergência;
4) Acesso gratuito a aplicações e conteúdos (zero rating);
5) Diversidade de ofertas;
6) Bloqueio de conteúdo a pedido do usuário.

A consulta da Anatel deve ficar aberta por 30 dias.

30/03/2015 - Teletime

Orçamento do Minicom é de R$ 2,3 bilhões, mas deve sofrer cortes

O Orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional prevê recursos de R$ 2,3 bilhões para o Ministério das Comunicações, valores mais de 74% acima dos R$ 1,6 bilhão do ano anterior. Porém essa dotação ainda está sujeita a corte pelo governo, que promete reduções significativas. Os recursos para a Anatel ficam em torno de R$ 466 milhões, após reserva de contingência da ordem de R$ 5,2 bilhões.

A Telebras ficará com um total de R$ 946,6 milhões, sendo R$ 500 milhões para construção de infraestrutura, R$ 396,6 milhões para o satélite geoestacionário e R$ 50 milhões para o cabo submarino até a Europa. Para projetos de inclusão digital foram destinados R$ 102,1 milhões e para fomentos a conteúdos digitais, R$ 34,8 milhões.

Também antes do corte, para o Ministério da Cultura foram destinados R$ 3,3 bilhões, valor acima dos R$ 3,2 bilhões de 2014. Para a Ancine, a cota é de R$ 135,2 milhões - sem contar o Fundo Setorial do Audiovisual.

Os orçamentos fiscal e da seguridade social, que financiam a maior parte das ações federais, somam R$ 2,8 trilhões em despesas, dos R$ 2,9 trilhões no total. Deste valor, R$ 256,9 bilhões são gastos com salários de servidores públicos, R$ 1,05 trilhão com as principais ações e programas (como benefícios previdenciários e custeio da máquina pública), R$ 83,1 bilhões com investimentos dos órgãos federais e R$ 93,3 bilhões com inversões financeiras (gastos com aquisição de imóveis e compra de ações para aumento de capital de empresa). Com juros e encargos da dívida pública, a estimativa de gastos é de R$ 225,2 bilhões.

A proposta que sai do Congresso Nacional prevê gastos de R$ 14 bilhões com concessões de benefícios salariais, como reajustes já aprovados em lei e reenquadramentos. Também estão reservados R$ 2,5 bilhões para criação de cargos e contratação de novos servidores públicos.

Já o orçamento de investimento das estatais, que entra em uma conta separada, prevê gastos de R$ 105,9 bilhões, dos quais R$ 93,7 bilhões serão financiados com recursos do caixa das empresas. O restante vem de repasses do Tesouro Nacional ou de operações de crédito de longo prazo.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/03/2015 - Telesíntese

TV paga registra 19,71 milhões de assinantes em fevereiro

Estimativa é que 29,85% dos domicílios tenham TV por assinatura, o que resulta em público com acesso ao serviços da ordem de 60,92 milhões de brasileiros. Grupo Claro mantém liderança, seguido de Sky, Oi, GVT e Telefônica.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgou hoje, 30, os números de fevereiro sobre o mercado nacional de TV por assinatura. O mês terminou com 19,71 milhões de acessos, 1,41 milhão a mais que em fevereiro de 2014. A agência também chegou ao resultado da densidade do serviço durante janeiro.

No primeiro mês do ano, 29,85% dos 66,04 milhões de domicílios brasileiros possuíam o serviço, segundo o indicador Densidade dos Serviços de TV por Assinatura, que é a relação percentual entre o número de assinaturas e o número de domicílios estimado a partir dos dados publicados pelo IBGE. Como a média de pessoas por domicílio é de 3,09, estima-se que 60,92 milhões de pessoas tinham o serviço à sua disposição em fevereiro de 2015.

O DTH manteve-se na liderança, com folga. A tecnologia possuía 12 milhões de usuários em fevereiro. Em segundo lugar vinha o cabo, com 7,58 milhões de assinantes. A fibra óptica aparece em um distante terceiro lugar, com 105,7 mil clientes. Em porcentuais, o DTH tem 60,9% de participação de mercado, o cabo tem 38,48%, e o FTTH, 0,54%.

O grupo com maior número de clientes continua a ser a Telmex (Claro / Embratel / Net), com 10,2 milhões de assinantes. Sky vem em segundo, com 5,6 milhões. Oi em terceiro, com 1,2 milhão. GVT e Telefônica têm, respectivamente, 916 mil e 780 mil clientes. O resultado confere à Claro a maior fatia do mercado, equivalente a 51,9%. Sky tem 28,82%, enquanto Oi fica com 6,36%, GVT com 4,65%, e Telefônica com 3,96%. Com a recente aquisição da GVT pela Telefônica, o grupo deve galgar degraus e superar a Oi.

30/03/2015 - Telesíntese

Telecom Italia começa a transferir suas torres de celular

A operadora vai transferir as suas torres para a subsidiária Inwit ((Infrastrutture Wireless Italiane).

cA Telecom Italia anunciou que começou o processo formal de transferência de 11,5 mil torres de celular para a subsidiária Inwit. A infraestrutura e os contratos relacionados, no valor de 1,38 bilhões d eeuros serão formalmente transferidos em 1 de abril. Na apresentação do plano estratégico da operadora, o CEO Marco Patuano, disse que a ideia é listar a nova empresa antes do verão europeu.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/03/2015 - RBA

Terceirização: projeto de Vicentinho propõe igualdade de direitos

Para o deputado do PT, o PL 4.330 visa a aumentar a exploração da mão de obra e os lucros dos patrões, em detrimento da qualidade de vida e de trabalho

Em contraponto ao PL 4.330, que pode ir a votação na Câmara dos Deputados no próximo dia 7, a CUT defende o PL 1.621/2007, apresentado pelo deputado Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP), que propõe a regulamentação da terceirização desde que haja igualdade de direitos entre terceirizados e efetivos (saúde, ambiente de trabalho, plano de saúde, tíquete-refeição etc) e proíbe a terceirização na atividade-fim.

O projeto do deputado petista também prevê a responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços, que fica obrigada a arcar com os direitos trabalhistas quando a terceirizada deixar de cumprir suas obrigações, como depositar o FGTS e pagar homologações.

Nesta entrevista à RBA, respondida por escrito, o deputado avaliou os riscos da aprovação do PL 4.330/2004 para os trabalhadores.

O deputado tem se posicionado contra a aprovação do PL 4.330. Quais são os principais problemas desse projeto?

O projeto que será votado é um grave retrocesso nas condições de trabalho que estão querendo promover. Ele objetiva, na verdade, aumentar a exploração da mão de obra e os lucros dos patrões, em detrimento da qualidade de vida e de trabalho.

Em vez de resguardar os direitos dos trabalhadores, a proposta foi engendrada para liberalizar ainda mais as relações de trabalho. Por isso mesmo, é rechaçada pela maioria dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), pelo Ministério Público do Trabalho, pelos advogados trabalhistas que, reunidos em recente congresso no Rio de Janeiro, se posicionaram contrários a essa proposta e, por unanimidade, por todas as centrais sindicais.

Quais seriam as principais consequências da aprovação desse projeto para os trabalhadores?

O texto que irá a votação liberaliza a terceirização e quarteirizações para todas as atividades das empresas, incluindo as atividades principais e permanentes. Mantém a responsabilidade subsidiária entre contratantes e contratadas e diz explicitamente que salários, direitos e benefícios serão diferenciados em função do enquadramento sindical.

Assim, prevalece o enquadramento sindical pelo conceito de categoria profissional, quando na verdade todas as categorias serão esfaceladas. A classe trabalhadora será ainda mais fragmentada em sua organização e representação e, com isso, em pouco tempo, seus direitos conquistados após décadas de lutas serão solapados. As negociações coletivas só terão alguma efetividade onde os empresários tiverem interesse e para os segmentos que avaliarem ser necessário.

O Diap observa que nesta legislatura a bancada sindical encolheu e a empresarial aumentou e que existe um grande risco desse projeto ser aprovado, sem a mobilização dos trabalhadores e um posicionamento firme do governo. O que os representantes dos trabalhadores podem fazer para barrar a aprovação desse projeto. Em um ano em que o governo editou MPs polêmicas, como a 664 e 665, o que se pode esperar dele na tramitação dessa matéria?

Tem razão o Diap em sua avaliação. Na legislatura passada, o movimento sindical foi fundamental com suas mobilizações, pressionando os deputados, denunciando em suas bases os seus interesses nocivos à classe trabalhadora. Com efeito, o projeto foi parado. Com o perfil da legislatura atual, a pressão precisará ser ainda maior, pois estamos distantes das próximas eleições federais. Do governo esperamos apoio.

Não se pode ignorar que há uma parcela dos trabalhadores que hoje é terceirizada. O que seria uma regulamentação adequada sobre a terceirização do ponto de vista dos trabalhadores?

Entre outros critérios, os principais são os que estabelecem a igualdade de direitos, a obrigatoriedade de informação prévia, a proibição da terceirização na atividade-fim, a responsabilidade solidária e a penalização das empresas infratoras. Esses são fatores decisivos no combate à precarização.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/03/2015 - Portal Vermelho

Mídia esconde, mas PSDB recebeu R$ 81,5 milhões da Lava Jato

Como apontamos em recente artigo no Portal Vermelho, a grande mídia e a oposição golpista têm construído o factoide de que as doações legais de empreiteiras ao PT seriam resultado de propinas, mas as feitas aos demais partidos é por apoio ideológico. O PSDB, nas eleições de 2010 e 2014, recebeu R$ 81,5 milhões das empresas das Lava Jato.

O fio condutor dessa tese está nos pedidos de inquérito do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na Lava Jato, que concentra as investigações em alguns partidos, o que não faz diferença para a mídia golpista que não cita as doações de empresas envolvidas feitas aos demais partidos, dando a entender que somente o PT recebeu doações de empreiteiras.

Levantamento feito pela Agência PT de Notícias, com base nas declarações de campanha dos partidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apontam que nas eleições de 2010 e 2014, o PSDB recebeu R$ 81,5 milhões das empresas Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Correa, OAS, Galvão Engenharia, UTC, Odebrecht e Setel.

Ainda segundo a reportagem, somente em 2014, os tucanos receberam R$ 53,73 milhões de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato. Neste mesmo ano, as doações declaradas pelo PT totalizaram R$ 56,8 milhões e pelo PMDB, R$ 46,6 milhões.

Em 2010, por exemplo, o PMDB foi a legenda que mais recebeu doações de empreiteiras com 24% sobre o total das doações (R$ 32,8 milhões) e o PT, R$ 31,4 milhões. As doações para o PSDB feitas no mesmo ano representavam 20% do total de R$ 27,7 milhões.

Como vemos, os números revelam uma situação de equilíbrio entre os três maiores partidos: PT, PSDB e PMDB com a participação das empreiteiras sobre o total arrecadado pouco superior a 20%.

Partindo da tese de que doação legal é propina, o Ministério Público decidiu que fará uma varredura nas doações legais feitas por essas empreiteiras aos partidos investigados. Sendo assim, as doações de campanha feitas por essas mesmas empresas em 2010 e 2014, ao PSDB deveriam entrar na investigação, já que o partido também é citado pelos delatores.

TOTALIZAÇÃO POR EMPRESA

EMPRESA	2010	% / TOTAL	2014	%/TOTAL
ANDRADE GUTIERREZ	55.620.000,00	41%	62.480.000,00	28%
QUEIROZ GALVÃO	30.351.000,00	22%	53.279.081,00	24%
CAMARGO CORREA	22.750.000,00	17%	1.500.000,00	1%
OAS	14.750.000,00	11%	43.696.000,00	20%
MENDES JUNIOR	3.830.000,00	3%		0%
GALVÃO ENGENHARIA	3.325.000,00	2%	7.270.000,00	3%
UTC	2.550.000,00	2%	18.475.000,00	8%
ODEBRECHT	1.400.000,00	1%	32.050.000,00	14%
ENGEVIX	580.000,00	0%	3.600.000,00	2%
IESA	360.000,00	0%		0%
SETEL			220.000,00	0%
TOTAL	135.516.000,00	100%	222.570.081,00	100%

Mas blindado pela mídia e em sua saga pelo poder as custas do ódio, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) propõe apresentar um projeto de cassação do registro de partidos que possam ser enquadrados em esquemas de propinas.

A medida é boa, mas puramente cenográfica e demagógica, pois visa atingir o PT sem que as provas de fato tenham comprovação, já que se baseiam somente na subjetividade de quem tem a intenção política de dizimar o partido adversário. É uma pratica recorrente do PSDB contra o PT. Quem não se lembra da lei de reeleição durante o governo FHC em que fizeram de tudo para aprovar, inclusive com denúncias de pagamento de propina a deputados. Depois, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tentaram aprovar lei que impedia a reeleição.

"Todos receberam doações das mesmas empreiteiras, todas de valor significativo. Mas umas foram propina, as outras "participação legítima da empresa no processo eleitoral", o que é a situação hipócrita que se sustenta com o engavetamento promovido pelo Ministro Gilmar Mendes da decisão do TSE que proíbe dinheiro de empresas nas campanhas", afirmou o jornalista Fernando Brito, editor do blog Tijolaço.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

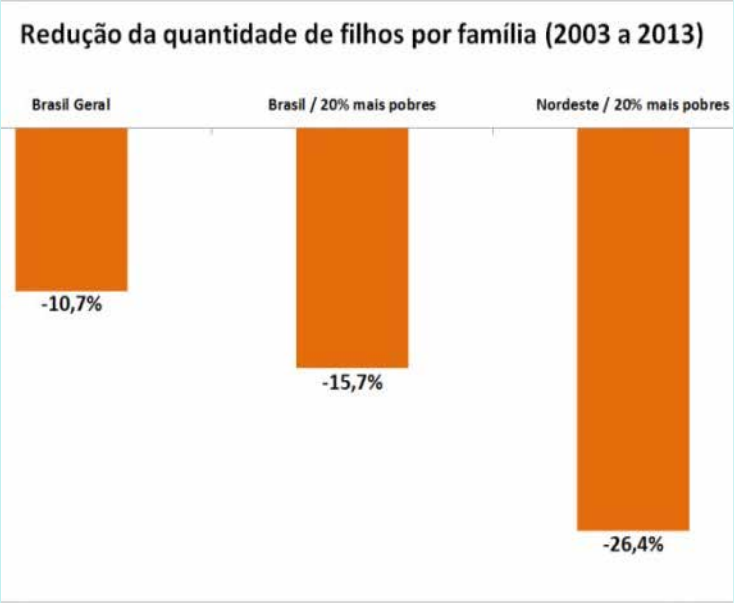
Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/03/2015 - Carta Capital

Pessoas pobres têm mais filhos para receber o Bolsa Família?

A resposta é não. Números do IBGE comprovam o que o bom senso já indicava e acabam com o mito



Quem está desde as eleições sem conversar com aquele cunhado que "não quer trabalhar para sustentar o Bolsa Família" ou com a tia que deseja cancelar o direito de voto dos beneficiários do programa pode retomar o contato com os parentes para continuar a discussão política. Novos dados estatísticos comprovam que é mentira a "tese" segundo a qual os mais pobres têm mais filhos para receber mais dinheiro do governo federal.

A prova está em uma pesquisa feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pelo Bolsa Família, com base nos dados de 2003 a 2013 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo, divulgado na sexta-feira 27, mostrou que, nesse período de dez anos, o número de filhos por família no Brasil caiu 10,7%, sendo que entre os 20% mais pobres a queda registrada no mesmo período foi 15,7%. A maior redução foi identificada entre os 20% mais pobres que vivem na região Nordeste: 26,4%.

O levantamento mostrou que, em 2003, a média de filhos por família no Brasil era 1,78. Em 2013, o número passou para 1,59. Entre os 20% mais pobres, as médias registradas foram 2,55 e 2,15, respectivamente. Entre os 20% mais pobres do Nordeste, os números passaram de 2,73 para 2,01.

A intenção do MDS com a divulgação dos dados foi justamente combater o mito criado a cerca do programa. "Mesmo a redução no número de filhos por família sendo um fenômeno bastante consolidado no Brasil, as pessoas continuam falando que o número de filhos dos pobres é muito grande. De onde vem essa informação? Não vem de lugar nenhum porque não é informação, é puro preconceito", disse a ministra Tereza Campello.

O maior benefício pago pelo Bolsa Família é de 77 reais, direcionado apenas a famílias extremamente pobres, com renda mensal por pessoa menor do que 77 reais. Os benefícios variáveis são de 35 reais para filhos de até 15 anos, gestantes ou nutrizes, limitados a cinco por família. Há também o benefício vinculado aos adolescentes de 16 e 17 anos, de 42 reais, limitados a dois por família.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/03/2015 - Portal Vermelho

Itaú barra cliente e é condenado por racismo pela Justiça de SP

cA 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou o Itaú Unibanco S/A a indenizar o cliente, Geraldo Pereira da Silva Filho, pela prática do crime de racismo. O cliente tem a cor de pele negra. A indenização foi fixada em R$ 20 mil por danos morais.

De acordo com o processo, o homem foi barrado de entrar na agência da Praça da República, no centro de São Paulo, mesmo mostrando que não possuía qualquer objeto que justificasse o travamento pela porta giratória.

Na saída, ele denuncia ter sido revistado por policiais militares, que tinham arma em punho. Foi obrigado a ficar com as mãos na cabeça e encostado na parede depois que o banco acionou alarme anunciando assalto.

O relator Piva Rodrigues afirmou que o chamamento da polícia foi utilizado de forma indevida, com o objetivo de constranger e humilhar a vítima. "Restou evidenciado que funcionários do banco criaram situação de extremo embaraço ao autor, que foi abordado como se criminoso fosse." O julgamento teve votação unânime.

30/03/2015 - Agencia Brasil

BNDES registra alta de 5,4% no lucro líquido de R$ 8,594 bilhões em 2014

O lucro líquido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve um crescimento de 5,4% em 2014, na comparação com o ano anterior. Os valores alcançaram R$ 8,594 bilhões, ante R$ 8,150 bilhões registrados em 2013. De acordo com o órgão, é o terceiro maior lucro da história do banco.

Para o BNDES, o resultado com financiamentos a projetos de investimentos, que são os de intermediação financeira, e a manutenção do índice de inadimplência no mais baixo nível de sua história contribuíram para o desempenho. Os financiamentos subiram de R$ 11,7 bilhões em 2013 para R$ 13,4 bilhões em 2014. Já o índice de inadimplência permaneceu em 0,01%. Para a instituição, isso "reflete a boa gestão operacional do BNDES, alinhada às prioridades estratégicas do governo".

O banco comparou o nível de inadimplência com a média do Sistema Financeiro Nacional em dezembro de 2014, que era 2,9% em dados divulgados pelo Banco Central. A direção do banco acrescentou que os critérios da instituição são mais conservadores. No Sistema BNDES, é considerado inadimplente quem está com parcelas em atraso há mais de 30 dias. Nos cálculos do BC são consideradas em atraso parcelas com 90 dias.

Segundo o BNDES, o resultado com participações societárias também contribuiu para o crescimento do lucro líquido. Elas subiram de R$ 2,5 bilhões em 2013 para R$ 2,9 bilhões em 2014. "Cabe destacar que tal crescimento foi realizado num cenário de intensa volatilidade no mercado de capitais, o que elevou o montante de provisões para perdas em investimentos de R$ 2,04 bilhões em 2013 para R$ 2,8 bilhões em 2014", analisou a instituição.

Dados do banco apontam perdas equivalentes a R$ 2,6 bilhões e destacam que o principal componente foi o investimento na Petrobras. Por causa da queda prolongada e significativa no valor de mercado das ações da petroleira, a instituição fez "uma análise qualitativa do investimento, a fim de quantificar a existência de eventual montante não recuperável do ativo".

Leia mais em
http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-03/bndes-registra-alta-de-54-no-lucro-liquido-em-2014